



ano 4
número 31
ISSN 2595-8232

Título | Geopolítica do petróleo e transição energética: os casos de Argentina, Brasil e México – aproximações preliminares

Autor | William Nozaki¹

Palavras-chave | Geopolítica, Transição energética, Argentina, Brasil e México

Julho de 2021

¹ Coordenador-técnico do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis Zé Eduardo Dutra (Ineep) e professor da Escola de Sociologia e Política de São Paulo.



Instituto de pesquisa de natureza privada criado pela Federação Única dos Petroleiros (FUP) que fornece suporte técnico às ações da Federação e fomenta o debate público por meio da produção e divulgação de pesquisas, artigos e palestras. O espírito do Instituto tem um caráter público no sentido de prover uma compreensão das transformações e dos impactos econômicos, políticos e sociais das empresas do setor de petróleo, gás natural e biocombustíveis para a sociedade brasileira.

TEXTO PARA DISCUSSÃO

Publicação que divulga uma série de textos elaborada pelos pesquisadores do Instituto e também de trabalhos acadêmicos realizados por pesquisadores parceiros que tratam de temas relacionados ao setor energético, principalmente geopolítica, petróleo, gás natural e biocombustíveis.

Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – Ineep

Texto para Discussão / Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – Rio de Janeiro: Ineep, 2021.

ISSN 2595-8232

1. Introdução

O presente Texto para Discussão consiste em um relatório preliminar com uma primeira problematização das relações entre geopolítica do petróleo e transição energética com enfoque nos casos latino-americanos de Argentina, Brasil e México. A pesquisa se inscreveu em uma parceria entre o Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (INEEP) e a IndustriALL Global Union representada por seu escritório da América Latina e Caribe.

Inicialmente, o Texto para Discussão irá abordar a inserção da indústria petrolífera na agenda da transição. A seguir, trará elementos a respeito do contexto do setor energético, sobretudo petrolífero, nos últimos anos nos casos argentino, brasileiro e mexicano.

2. Indústria petrolífera e transição energética

O coronavírus criou uma crise global sem precedentes, com o setor de energia tendo sido afetado intensamente com o desaquecimento das atividades econômicas e com a redução dos fluxos de comércio, transporte e pessoas. Segundo a Agência Internacional de Energia (AIE), os países em isolamento social integral têm sofrido um declínio de 25% na demanda de energia, enquanto os países em situação de distanciamento social parcial têm tido uma queda de cerca de 18% no consumo energético. O efeito colateral positivo é que as projeções indicam uma redução de 8% nas emissões globais de CO₂.

A recuperação econômica lenta e progressiva pode colocar a eletricidade gerada a partir de fontes de baixo carbono à frente do carvão em todo o mundo. Em 2020, enquanto a geração de energia renovável pode crescer 40% em todo o mundo, a geração de energia por carvão deve diminuir 10% nesse mesmo ano. As energias renováveis podem atingir os níveis mais altos de produção e distribuição, com destaque para a eólica e a solar que tiveram inúmeros projetos iniciados nos últimos anos.

O papel das majors petrolíferas é fundamental nesse processo. Embora os hidrocarbonetos sejam responsáveis por parte relevante das emissões de gases do efeito estufa, a indústria de petróleo é uma das que mais investe em fontes de energia limpa, além de ser grande produtora de gás, recurso fundamental para a transição energética, dado seu menor potencial poluente quando comparado ao petróleo.

Uma nova matriz energética global é cada vez mais desejável, mas sem considerar o papel estratégico das petrolíferas nessa trajetória esse percurso se torna

inexequível. Daí a importância de se acompanhar os desdobramentos dessa agenda no setor dos hidrocarbonetos, onde os sinais de mudança começam a aparecer, mas ainda com ambivalências.

Em maio de 2020, um conjunto de CEOs da indústria de óleo e gás assinaram uma carta aberta apoiando a Iniciativa Climática do Setor de Óleo e Gás (OGCI), se comprometendo a acelerar os esforços para a redução na emissão de CO₂, investir em inovações de baixo carbono e apoiar as políticas governamentais de transição energética. Nesse mesmo mês, entretanto, o avanço da crise indicou uma redução de 20% em investimentos do setor de energia, cerca de US\$ 400 bilhões deixarão de serem gastos. A indústria petrolífera sozinha responde pela queda de 60% desse montante, de modo que se espera que o investimento contínuo em projetos de energias renováveis diminua também cerca de 10% este ano, o que evidencia como nesse ambiente as incertezas têm levado a desdobramentos ainda incertos.

Dada a queda histórica no preço do barril de petróleo, as empresas do setor passaram a adotar planos de resiliência e ajustes financeiros e operacionais. Os países com empresas especializadas passaram a sofrer mais intensamente com a redução na demanda por QAV, diesel e gasolina, provocada pela pandemia, essas empresas provavelmente terão menores condições de se somar ao esforço global pelo desenvolvimento energético sustentável. Já os países com empresas verticalizadas têm podido aproveitar melhor algumas oportunidades abertas nos segmentos de gás, petroquímicos e *bunker oil*, comparativamente menos impactados pela crise. Essas empresas, por seu turno, poderão potencialmente disputar um papel central mesmo em um mundo pós-petrolífero. Vale notar que nenhuma dessas movimentações tem relação com a suposta escassez geológica do petróleo medida pela imprecisa curva do *pick oil*, mas sim com oportunidades econômicas.

Além disso, merece atenção a movimentação de fundos soberanos e outros investidores institucionais do setor petrolífero. Em 2020, o Fundo Soberano Norueguês anunciou sua retirada do segmento de energias fósseis e sua ampliação de investimentos em energias limpas, o Fundo Soberano da Arábia Saudita (FIP) e o Fundo Soberano dos Emirados Árabes (Mubadala) aumentaram sua fatia acionária em empresas de carros híbridos e elétricos, como a Lucid Motors e a Tesla. A presença de fundos soberanos e de arcabouços estatais mais sólidos coloca os países que dispõem desse tipo de instrumento na dianteira da transição energética.

Mais ainda, em algumas empresas a pressão pela governança verde é crescente entre acionistas. É importante destacar, no entanto, que, embora a oferta de automóveis alternativos aos hidrocarbonetos esteja crescendo aceleradamente,

ela corresponde ainda a menos de 5% da venda de veículos nos EUA e na China. Há muitas indefinições sobre a velocidade do processo de substituição, e como a velocidade de abastecimento desse tipo de veículo é mais lenta, ela tende a diminuir as margens do varejo e a desincentivar investimentos em redes de distribuição. Exatamente por isso esse movimento tem menos relação com avanços tecnológicos e mais com desafios econômicos.

Em suma, as incertezas sobre a transição energética ainda são muitas e dependem também de como irão se transformar os padrões de produção, circulação e consumo na economia de mercado pós-COVID 19. Mas, nesse cenário, reforça-se a importância da defesa da segurança energética nacional, a centralidade das energias limpas nos planos de recuperação e estímulo econômico dos países e o papel central das indústrias petrolíferas nessa agenda para os próximos anos.

Sendo assim, o tema da transição energética deve ser considerado levando-se em consideração algumas premissas fundamentais:

- (i). Há transições energéticas, no plural, com temporalidades e orientações diversas;
- (ii). O setor de óleo e gás é fundamental para uma avaliação realista dessas transições energéticas;
- (iii). É necessário problematizar e relativizar o peso, às vezes superestimado, de questões ambientais e climáticas na transição energética;
- (iv). É preciso enfatizar o peso de condicionantes geopolíticos, financeiros e tecnológicos na transição energética;
- (v). A complexidade desses processos impõe tratar em conjunto as interfaces entre estratégias nacionais e empresariais;
- (vi). A variedade de novos atores entrantes no setor de energias renováveis (fundos soberanos, investidores institucionais, start-ups etc.).

Como a América Latina tem se tornado, de forma crescente, um tabuleiro geopolítico e geoeconômico cada vez mais relevante para essa pauta, uma primeira aproximação do tema “transição energética” nessa região exige uma visada de olhos sobre a dinâmica política e econômica do setor de petróleo e gás nesses países, como se realizará abaixo para os casos de Argentina, Brasil e México.

3. Energia e petróleo na Argentina

A Argentina possui reservas de aproximadamente 2,4 bilhões de barris de petróleo, com uma produção que alcançou 693 mil barris por dia (Kb/d) em 2016. Nos anos 2000, a demanda interna do país se expandiu, enquanto a produção de hidrocarbonetos declinava em decorrência da maturação dos campos convencionais e dos baixos investimentos feitos pelas empresas privadas, fazendo do país um importador líquido de gás natural e petróleo (EIA, 2017).

Tal declínio motivou a nacionalização parcial da Yacimientos Petrolíferos Fiscales (YPF). O Estado recuperou a condição de acionista majoritário em 2012, 14 anos após a privatização da empresa, ocasião em que foi adquirida pela espanhola Repsol (PEREGIL, 2012). No final de 2014, ainda durante o governo de Cristina Kirchner (2007-2015), foi realizada uma reforma no setor energético, a partir da qual fomentaram-se investimentos privados e estrangeiros em recursos offshore e não-convencionais e aumentou-se a frequência das rodadas de concessão, permitindo longos períodos de exploração e oferecendo desonerações em impostos para empresas que investissem mais de US\$ 250 milhões em um período de três anos (EIA, 2017).

Cabe destacar que as principais empresas que operam no país são YPF, Pan American Energy (PAE) – uma joint-venture entre a British Petroleum (Reino Unido) e a Bridas Corp. (Argentina/China), Chevron (EUA), Petrobras (Brasil), entre outras. Já em abril de 2019, foi realizado o primeiro leilão offshore na Argentina, destacando-se a participação da norueguesa Equinor, que arrematou 7 de 18 áreas no leilão. Este ainda contou com participação da Qatar Petroleum (QPI), em cinco blocos, da ExxonMobil, em três, e da Shell, em dois. Interessante notar que todas elas possuem participação nos leilões do pré-sal brasileiro, reforçando sua posição na América Latina (MACIEL, 2019a).

Os recursos não-convencionais de petróleo e gás de Vaca Muerta, uma formação geológica localizada na bacia de Neuquén, ao norte da Patagônia, representa 60% dos recursos prováveis de óleo de xisto na Argentina, e as estimativas apontam para 16 bilhões de barris, sendo considerada a quarta maior reserva no mundo. A região possui ainda a segunda maior reserva mundial de gás de xisto (308 trilhões de pés cúbicos), atrás apenas dos EUA (EIA, 2017).

As jazidas são conhecidas por especialistas e pela YPF há tempos, antes mesmo de sua privatização, em 1998. No entanto, a exploração se tornou viável somente a partir de avanços tecnológicos e após a queda na produção de ativos convencionais do país (REBASA, 2019). Texpetro, Equinor, ExxonMobil, Total, BP, YPF e Wintershall possuem investimentos bilionários nos 30 mil km² da

formação geológica de Vaca Muerta (EPBR, 2018). Para atrair empresas estrangeiras, o governo concedeu subsídios sobre preços e taxa de lucro e, após a desvalorização do peso e dos ajustes exigidos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), não conseguiu mantê-los. Somente para o gás, estes subsídios somaram US\$ 2,4 bilhões, que agora são exigidos pelas empresas (GUAHÁN, 2019).

A tecnologia de *fracking*, utilizada para explorar as formações de xisto, é considerada altamente poluidora e é acusada de provocar movimentos sísmicos na Holanda, no Reino Unido e nos EUA, tendo em vista as explosões necessárias para romper e extrair petróleo das rochas. O uso da técnica foi proibido ou colocado em moratória em diversos países, entre eles França, Holanda, Alemanha, Espanha, Inglaterra, além de algumas províncias do Canadá e estados da Austrália e dos EUA.

Na América Latina, a técnica vem sofrendo oposição no Uruguai, Argentina, Colômbia, Costa Rica, Brasil e México (HERRERA-SANTOYO, 2019). A oposição na Argentina ocorre especialmente em comunidades de povos originários (GUAHÁN, 2019).

Contudo, a exploração de hidrocarbonetos é estratégica para o país e para o governo de Alberto Fernández, que tomou posse em dezembro de 2019. Estimativas apontam que as atividades podem gerar 500 mil postos de trabalho e aumentar em 50% as exportações, promovendo o ingresso de divisas para aliviar a situação econômica do país, altamente endividado (VILLALBA, 2019a).

Em setembro de 2018, a dívida pública era de US\$ 308 bilhões ou 50% do Produto Interno Bruto (PIB) (GUAHÁN, 2019). O governo Mauricio Macri (2015-2019) deixou uma economia em recessão, com inflação anual de 55% e forte desvalorização da moeda local, o peso, em relação ao dólar (NGUYEN et al., 2019). Por este motivo, os investimentos em Vaca Muerta estão acelerados. Em dois anos, a produção passou de 5 para 33 milhões de metros cúbicos por dia (MMm³/d) e estima-se que, a partir de 2023, serão gerados US\$ 40 bilhões adicionais resultantes do aumento das exportações (VILLALBA, 2019b).

Alberto Fernández prepara um regime especial para incentivar investimentos privados em Vaca Muerta e um novo modelo de concessão, com exigência de conteúdo local para fomentar a indústria nacional, além de conceder isenção de impostos para a importação de equipamentos e simplificar a legislação do setor de petróleo e gás (BAZZAN, 2019). Espera-se que o gás natural, que em 2016 foi responsável por metade da geração de eletricidade, continue a ser a principal fonte de fornecimento de energia elétrica do país, e o governo ainda pretende incentivar o aumento da produção das energias renováveis (EIA, 2017).

4. Energia e petróleo no Brasil

O Brasil é o oitavo maior consumidor mundial de energia e o terceiro das Américas, atrás apenas de EUA e Canadá. O consumo no Brasil tem sido sustentado pela energia hidrelétrica, com aumento de 4,5% em 2018, e pelas renováveis, cujo crescimento foi, em média, de 17,6% nos últimos dez anos (BP, 2019), período em que ocorreu um aumento de 28% no consumo primário de energia (EIA, 2019).

Além disso, o Brasil é o segundo maior produtor de biocombustíveis do mundo, atrás apenas dos EUA, com a produção alcançando o recorde, em 2018, de 401 mil barris de óleo equivalente por dia (Kboe/d) (BP, 2019b).

Apesar de o país ter reservas significativas de gás natural, ficando atrás apenas de Venezuela e Peru na América do Sul, essa fonte representa apenas 11% da energia primária (EIA, 2019). Já a produção de petróleo bruto no Brasil foi de 2,6 Mb/d em 2017, da qual o país exportou a quantidade recorde de 997 Kb/d, sendo 42% desse total para a China (EIA, 2019c, p. 3). Existem 12 refinarias, com capacidade de refino de 2,1 Mb/d, a nona maior do mundo, com uma utilização média de 76% (EIA, 2019c, p. 2).

A principal fonte de importação de derivados foram os EUA, sendo que o volume importado pelo Brasil correspondeu a 312 Kb/d em 2017 (EIA, 2019c, p. 3). O papel do Brasil na geopolítica mundial foi significativamente alterado a partir das imensas descobertas de petróleo e gás no litoral da região sudeste do país. A produção nos campos petrolíferos convencionais vem declinando, mas essa queda tem sido compensada pela produção no pré-sal.

A exploração dos recursos exige grande capacidade técnica, financeira, logística e administrativa, dadas as condições em que é realizada: a 200 km da costa litorânea e a profundidades que chegam a 7 mil metros. Estimativas indicam que as reservas provadas podem sair do atual patamar de 13,4 bilhões de barris de petróleo e chegar a 100 bilhões, o que, em volume dos recursos, coloca o Brasil atrás apenas de Venezuela e Arábia Saudita, e ao lado de grandes produtores como Canadá, Rússia, Irã e Iraque (SAUER & ESTRELLA, 2019).

Após o anúncio da descoberta do pré-sal, as empresas estrangeiras passaram a considerar o Brasil como uma peça-chave na sua estratégia global, atuando fortemente para participar dos projetos referentes a exploração em águas ultra profundas. Entre as principais interessadas, destacam-se Shell, ExxonMobil, Chevron, Equinor, BP, Total, China National Offshore Oil Corporation (CNOOC) e China National Petroleum Corporation (CNPC).

De acordo com as regras estabelecidas no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2010, a participação estrangeira se daria em consórcio com a Petrobras, que seria a operadora única, controlando o ritmo de produção, investimentos e a compra de equipamentos. As companhias transnacionais não se conformaram com as novas regras estabelecidas, e a Petrobras passou a ser alvo de espionagem industrial.

O Congresso foi pressionado a alterar o papel protagonista atribuído à empresa e, a partir de 2014, a Petrobras e seus fornecedores passaram a sofrer com um difícil cenário: denúncias de corrupção da Operação Lava Jato, queda nos preços internacionais do petróleo, desvalorização do real frente ao dólar, aumento do endividamento, redução da demanda por derivados no mercado interno, associada às políticas de controle de preços, perda do grau de investimento, além de atrasos e cancelamentos de projetos (AZEVEDO, 2018; SCHUTTE, 2018).

Após a deposição de Dilma Rousseff, os governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro adotaram como uma de suas prioridades o desmonte do setor, que tinha a Petrobras como centro da política de desenvolvimento industrial e tecnológico do país. Para isso, aceleraram o calendário de leilões de petróleo, defendendo que a Petrobras deve operar como uma empresa privada, reduzindo as exigências de conteúdo local, cortando investimentos, vendendo ativos da companhia, dispensando funcionários e concedendo isenções para a compra de equipamentos ligados à exploração e produção no exterior, como forma de atender aos interesses internacionais e monetizar rapidamente a exploração, a pretexto de solucionar a crise fiscal do Estado (SCHUTTE, 2019).

Em 2018, 72% das reservas de hidrocarbonetos do pré-sal haviam sido arrematadas por empresas estrangeiras (ANP, 2018), em um setor que até 2014 era controlado quase exclusivamente pela Petrobras. Naquele ano, a empresa foi responsável por 91,4% da produção nacional, participação que se reduziu para 74,69% em junho de 2019 (MME, 2019; MME, 2015).

O crescimento das exportações de petróleo bruto tem ocorrido especialmente para a China. No primeiro quadrimestre de 2019, as exportações de petróleo para aquele país foram de 900 Kb/d, um aumento significativo se comparado aos 543 Kb/d exportados no mesmo período de 2018 (NGUYEN, 2019).

Além do aumento das exportações de petróleo, há a expectativa de que o país se torne um relevante importador de derivados, especialmente caso ocorra uma retomada do crescimento econômico e expansão do consumo de combustíveis, visto que o país é altamente dependente do transporte rodoviário.

Não existem planos de longo prazo para o aumento da capacidade de refino, o que coloca o Brasil numa situação de vulnerabilidade em relação às flutuações de preços internacionais (AZEVEDO, 2018).

5. Energia e petróleo no México

O México é um tradicional ator da geopolítica global da energia, tendo estado durante muito tempo entre os grandes produtores e exportadores mundiais de petróleo. O país é atualmente o quarto maior produtor do continente, atrás de EUA, Canadá e Brasil, e continua a ser um importante parceiro comercial dos EUA, exportando 665 Kb/d, bem abaixo do pico de 1,6 Mb/d, registrado em 2004 (EIA, 2019).

No passado, o México já forneceu mais petróleo aos EUA que a Arábia Saudita, mas o comércio entre os dois países tem diminuído em decorrência do aumento da produção estadunidense. Nas décadas de 1970 e 1980, o México alcançou a quarta posição mundial em reservas provadas e se tornou o segundo maior exportador fora da OPEP. Posteriormente, as reservas entraram em declínio, com uma queda média de 2,6% ao ano, entre 1982 e 2015, ao mesmo tempo em que a produção continuou a crescer entre 1983 e 2004 a uma taxa média de 1% ao ano.

Entre 2005 e 2009, a trajetória se inverteu, com uma queda média de 5% na produção, e redução do ritmo para 1%, entre 2010 e 2015 (EPE, 2016). As reservas de 21,6 bilhões de barris, em 1998, caíram continuamente, foram reduzidas para 11,9 bilhões em 2008 e, finalmente, para 7,7 bilhões em 2018 (BP, 2019).

Durante a onda de liberalização da década de 1990, o México preservou a estrutura da sua indústria petrolífera, apesar das pressões sofridas na época. Em dezembro de 2013, a orientação política no país se redirecionou, em grande parte devido à queda na produção e à perda de receita. Foram aplicadas reformas constitucionais, como forma de alterar a estrutura que prevaleceu durante quase 80 anos no setor energético, acabando com o monopólio da Pemex, abrindo os setores de fornecimento de gás, eletricidade e petróleo para competição e atraindo empresas estrangeiras como forma de alavancar os investimentos (IEA, 2016).

As reformas iniciadas em 2013 permitiram novos modelos de exploração e produção, incluindo concessão, partilha, participação nos lucros e contratos por serviços. Anteriormente, a operação de empresas estrangeiras no país era permitida apenas por contratos de serviço e sem participação nos lucros do petróleo.

A Pemex continua sendo uma empresa estatal, tendo que concorrer em leilões para ampliar seu portfólio (EIA, 2016). Entretanto, as reformas do governo de Peña Nieto (2012-2018) para atrair investimentos privados e estrangeiros foram frustradas pela queda nos preços internacionais do barril em 2014.

Por mais que a economia mexicana seja relativamente diversificada e menos dependente de um único produto de exportação do que outros países, o petróleo ainda era responsável por um terço da receita fiscal em 2014 (IEA, 2016). A partir daquele ano, com a queda nos preços internacionais, houve grande impacto sobre a Pemex, as finanças do governo e a economia.

A receita de exportações de petróleo bruto teve uma queda de 57% entre 2014, quando registrou uma entrada de 35,6 bilhões de dólares, e 2016, quando esse número foi reduzido para US\$ 15,5 bilhões (PEMEX, 2019). A importância do petróleo na pauta de exportações diminuiu de 30%, em 2009, para 6%, em 2015 (EIA, 2016). De todo modo, as exportações de óleo bruto resultaram numa receita de 26 bilhões de dólares, dos quais 58% desse valor originaram-se das exportações para a América do Norte (PEMEX, 2019a).

A produção do país vem declinando desde 2004, quando atingiu o pico de 2,8 Mb/d, reduzindo-se para 2,1 Mb/d em 2018 (PEMEX, 2019c). A expectativa é de que a produção volte a subir na próxima década, retornado a 2,4 Mb/d e alcançando 3,4 Mb/d em 2040 (IEA, 2016, p. 11). A maior parte do incremento virá da exploração de *tight oil* em terra, do desenvolvimento de tecnologias que permitam um maior fator de recuperação e, possivelmente, da exploração em águas ultra profundas, nas quais a Pemex não possui grande experiência.

Apesar de seu histórico como grande produtor, o país é atualmente importador líquido de derivados de petróleo, uma situação resultante da capacidade limitada de refino e da demanda interna crescente por estes produtos, o que é característico de um país periférico. O México importou 980 Kb/d de produtos derivados em 2018, dos quais cerca de 60% eram referentes à gasolina (PEMEX, 2019b).

Historicamente, o petróleo ocupava um papel central como combustível para geração de energia, mas tem perdido espaço para o gás natural como resultado da queda nos preços após o aumento da produção de xisto nos EUA (IEA, 2016, p. 15). Em 2018, a participação do gás no consumo de energia atingiu 41%, correspondendo a 60% da geração de eletricidade. A maior parte do consumo de gás natural foi suprida pelo aumento das importações e o país importou 60% do

seu consumo, tendo em vista que a produção está em declínio há 5 anos (BP, 2019).

Por outro lado, o aumento da utilização de gás natural foi acompanhado da queda da produção e do consumo de petróleo. No mesmo ano, a produção de petróleo teve uma redução de 7%, a maior queda no mundo, atingindo o nível mais baixo dos últimos 30 anos, com 2,1 Mb/d (BP, 2019; PEMEX, 2019).

A expansão do consumo de gás natural resultou em planos de construção de diversos gasodutos para importação dos EUA. Em 2015, o país importou uma média 2,9 bilhões de metros cúbicos por dia de gás natural estadunidense, um aumento de mais de 200% em relação a 2010 (EIA, 2016). Para suprir o crescimento da demanda por eletricidade, dezenas de usinas de geração movidas a gás estão sendo construídas. Enquanto não são concluídas, parte da demanda é atendida com a importação de gás liquefeito.

Em 2018, a eleição do presidente Andrés Manuel López Obrador marcou uma reviravolta na política energética mexicana, redirecionando o país novamente às políticas nacionalistas, com aumento do controle do Estado, fortalecimento da Pemex e restrição dos investimentos estrangeiros aos contratos de serviços. Obrador pretende atribuir um papel central à estatal, o que é evidenciado pela decisão de injetar capital na empresa e cancelar novos leilões de petróleo e gás, freando a entrada de companhias estrangeiras no setor.

Atualmente, a Pemex é a empresa de petróleo mais endividada do mundo, o que reduz sua capacidade de gerar caixa e realizar investimentos. A dívida aumentou de US\$ 59 bilhões, em 2012, para US\$ 105 bilhões, em 2018, enquanto as vendas tiveram redução de US\$ 126 bilhões para US\$ 85 bilhões no mesmo período (LEISS & DUHALT, 2019).

O portfólio de companhias petrolíferas internacionais é diversificado, com projetos ao redor do mundo, diferentes características (onshore, offshore, convencionais, não-convencionais, etc.) e feitos em parcerias com outras empresas, com o objetivo de contornar as oscilações dos preços internacionais, os riscos de exploração e a grande quantidade de capital necessário para exploração e produção, ao mesmo tempo em que garantem acesso a novas reservas, alcançam novas metas de produção e geram dividendos para seus acionistas. No entanto, a Pemex é orientada para o mercado doméstico, com boa parte de seu portfólio composto por campos maduros, dificultando a manutenção dos custos e gerando a necessidade crescente de investimentos.

Obrador se elegeu pretendendo dar prioridade ao aumento da produção em terra e águas rasas, o que reduz a possibilidade de reverter a queda na produção

ao não priorizar investimentos em exploração em águas ultra profundas (LEISS & DUHALT, 2019). Contudo, após a sua posse, o governo tem dado sinais ao mercado, retrocedendo no discurso de proibir o fracking, prometendo honrar os contratos de petróleo e gás em vigor e indicando a possibilidade de retomada das rodadas de licitações, caso os operadores estrangeiros apresentem resultados de novas descobertas e produção nos 107 contratos firmados por ocasião das 17 rodadas que aconteceram no país desde 2014.

Ressalte-se que a dificuldade em atrair investimentos nas rodadas que vinham acontecendo está associada à realização concomitante de leilões com maior atratividade no Brasil, levando as autoridades a aprimorar os termos de concessão para atrair as empresas estrangeiras (DYER, 2019). Outro revés se deu pelo fato de que, ao mesmo passo em que a reforma era realizada, os preços do barril de petróleo despencaram, fazendo que as companhias internacionais adiassem investimentos e aplicassem uma maior disciplina fiscal (LAJOUS, 2015).

6. Referências bibliográficas

ANP (Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis). **Partilha de Produção**. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <http://rodadas.anp.gov.br/pt/partilha-de-producao>

AZEVEDO, J. S. G. Próximos anos: grandes mudanças no mundo do petróleo e gás. E o Brasil? **INEEP**, 3 de abril de 2018. Disponível em: <https://www.ineep.org.br/post/pr%C3%B3ximos-anos-grandes-mudan%C3%A7as-no-mundo-do-petr%C3%B3leo-e-g%C3%A1s-e-o-brasil>

BAZAN, G. Os planos de Alberto Fernández para o complexo energético Vaca Muerta, na Patagônia. **El Clarín**, Buenos Aires, 19 de setembro de 2019. Disponível em: https://www.clarin.com/clarin-em-portugues/destaque/planos-alberto-fernandez-complexo-energetico-vaca-muerta-na-patagonia_0_CIIiEMcH.html

BP. **BP Statistical Review – 2019**. BP, 2019a. Disponível em: <http://bp.com/statsreview>

BP. **BP Statistical Review – 2019: Brazil’s Energy Market in 2018**. BP, Country Insights, 2019b. Disponível em: <http://bp.com/statsreview>

BP. **BP Statistical Review – 2019: The Mexico Energy Market in 2018**. BP, Country Insights, 2019c. Disponível em: <http://bp.com/statsreview>

DYER, M. Brazil and Mexico: Opposite political systems in 2018 and the outlook for the respective oil and gas industries. **IHS Markit**, Energy and Natural Resources, 2019. Disponível em: <https://ihsmarkit.com/research-analysis/brazil-and-mexico-opposite-political-systems-oil-gas.html>

EIA (U.S. Energy Information Administration). **Bolivia: Overview**. EIA, Jul, 2015. Disponível em: <https://www.eia.gov/beta/international/analysis.php?iso=BO>

EIA. **Country Analysis Brief: Mexico**. EIA, 8 dez. 2016. Disponível em: https://www.eia.gov/beta/international/analysis_includes/countries_long/Mexico/mexico.pdf

EIA. **Country Analysis Executive Summary: Brazil**. EIA, 18 abr. 2019c. Disponível em: https://www.eia.gov/beta/international/analysis_includes/countries_long/Brazil/Brazil_2019.pdf

EPBR. 5 projetos para conhecer em Vaca Muerta. **EPBR**, Mercado, 15 fev. 2018. Disponível em: <https://epbr.com.br/5-projetos-para-conhecer-em-vaca-muerta/>

EPE (Empresa de Pesquisa Energética). Marco Regulatório da Indústria de Petróleo no México. **EPE/MME**, Nota Técnica SPT-Abast, nº1, 2016.

GUAHÁN, J. Argentina: Vaca Muerta, de la salvación al infierno; la deuda y su pago imposible. **Centro Latinoamericano de Análisis Estratégico**, 9 fev. 2019. Disponível em: <https://estrategia.la/2019/02/09/argentina-vaca-muerta-de-la-salvacion-al-infierno-la-deuda-y-su-pago-imposible/>

IEA (International Energy Agency). **Mexico Energy Outlook**. World Energy Outlook Special Report.OECD/IEA, 2016. Disponível em: <https://www.iea.org/reports/mexico-energy-outlook-2016>

LAJOUS, A. Mexican Oil Reform: The first two bidding rounds, farmouts and contractual conversions in a lower oil price environment. **Center of Global Energy Policy**, Nova Iorque, out. 2015.

NGUYEN, H.; BLANCO, N.; RIVERA, S. Argentina oil - The fate of Vaca Muerta. **IHS Markit**, Energy and Natural Resources, 14 nov. 2019a. Disponível em: <https://ihsmarkit.com/research-analysis/infographic-argentina-oil-the-fate-of-vaca-muerta.html>

MANTILLA, J.C. “Geopolítica de la energía: América Latina dentro de un mundo en transformación”, IN: POSADA, E.V. (ed.), **Tendencias Mundiales y Latinoamericanas en el Uso de Recursos Energéticos**, p. 77-144. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana, 2009.

MACIEL, F. Equinor é a grande vencedora do leilão offshore na Argentina; veja mapa interativo com resultado do leilão. **EPBR**, Rio de Janeiro, 17 de abril de 2019.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA (MME). Departamento de Política de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural. Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis. Boletim. **Boletim de exploração e produção de petróleo e gás natural** – Ano 2014, Brasília, edição 2, 2015. Disponível em: <http://www.mme.gov.br/web/guest/secretarias/petroleo-gas-natural-e-combustiveis-renovaveis/publicacoes/boletim-anual-de-exploracao-e-producao-de-petroleo-e-gas-natural>

PEREGIL, F. Argentina expropria a Repsol su filial YPF. **El País**, Madrid, 17 abr. 2012. Disponível em: https://elpais.com/economia/2012/04/16/actualidad/1334590509_507539.html

PEMEX (Petróleos Mexicanos). Valor de las exportaciones de petróleo crudo. **Estadísticas petroleras**, dez. 2019a. Disponível em: https://www.pemex.com/ri/Publicaciones/Indicadores%20Petroleros/evalorexpo_rta_esp.pdf

REBASA, M. Vaca Muerta, ¿la soja negra? **Página 12**, Buenos Aires, 6 jan. 2019. Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/166587-vaca-muerta-la-soja-negra>

SAUER, I.; ESTRELLA, G. Avaliação do leilão do óleo excedente dos campos da cessão onerosa. **Instituto de Energia e Ambiente (USP)**, 2019. Nota técnica. Disponível em: <http://www.iee.usp.br/sites/default/files/anexosnoticias/NOTA%20T%C3%89CNICA%20%20IEE-USP%20-%20ILDO%20ESTRELLA%20FINAL.pdf>

SCHUTTE, G. R. A política neodesenvolvimentista e seu desmonte no caso de Petróleo e Gás (2003-2017). **Texto para discussão - NEEDDS**, n. 1, p. 1-67, 2018. Disponível em: <http://needds.ufabc.edu.br/index.php/119-textos-para-discussao-n>

[01-2018-a-politica-neodesenvolvimentista-e-seu-desmonte-no-caso-de-petroleo-gas-2003-2017](#)

VILLALBA, C. A. Alberto-nomics para Argentina: alimentos baratos, Vaca Muerta y alianza de clases. **Centro Latinoamericano de Análisis Estratégico**, 1 out. 2019a. Disponível em: <https://estrategia.la/2019/10/01/alberto-nomics-para-argentina-alimentos-baratos-vaca-muerta-y-alianza-de-clases/>